



00039349

**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**
26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

**ATA DA 26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE DO SINPAF – DIAS 02 E 03 DE
MARÇO DE 2024**

Às 08 horas e quinze do dia dois de março de dois mil e vinte e quatro, no Hotel Umuarama, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, foi aberta a 26ª Plenária Regional Centro-Oeste do SINPAF, constituída com a finalidade de representação e defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores de instituições públicas e privadas. Com a condução da Diretora Regional Centro-Oeste do SINPAF, Sílvia Mara Belloni, a Mesa de Abertura da 26ª Plenária Regional Centro-Oeste, composta pelo Sr. Walterlenne Englen Freitas de Lima, Presidente Interino da Seção Sindical Goiânia; Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Presidente Nacional do SINPAF; Sr. Fernando Magela de Souza Silva, Chefe Adjunto de Administração da Embrapa Arroz e Feijão; Sr. Elcio Perpétuo Guimarães, Chefe Geral da Embrapa Arroz e Feijão; Sr. Flávio Silva, Presidente da CUT/GO; Sr. João Pires Junior, Coordenador do Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e Soberania, Sr. Mauro Rubem, Deputado Estadual, PT-GO e a Sra. Jéssica da Silva Brito, do MCB. A Diretora Regional, deu boas-vindas às delegadas e aos delegados na abertura da Plenária, bem como, citou que a Região Centro-Oeste possui nove Seções Sindicais, quais são: Seção Sindical Embrapa Sede, Seção Sindical Cerrados, Seção Sindical Hortaliças, Seção Sindical Cenargen, Seção Sindical Campo Grande, Seção Sindical Dourados, Seção Sindical Pantanal, Seção Sindical Goiânia e Seção Sindical Sinop. Informou ainda que a Seção Sindical Campo Grande não se faz presente na Plenária e que são os delegados e delegadas que constroem esta Plenária. Logo em seguida passou a palavra para o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Presidente Nacional do SINPAF que saudou na pessoa da Diretora Regional Centro-Oeste, todos os componentes da mesa, delegados e delegadas presentes, bem como aos funcionários do SINPAF – DIRETORIA NACIONAL que se encontram presentes dando suporte à Plenária. Disse que o SINPAF este ano está completando 35 anos de existência, que são 35 anos de luta em prol dos trabalhadores e trabalhadoras da Embrapa, da Codevasf, da Emparn, da Empaer, da Pesagro e Distritos Irrigados. E nessa sua história de luta nós tivemos várias conquistas em prol dos trabalhadores e trabalhadoras. Com muito orgulho que nós trazemos a bandeira do SINPAF junto a nós, nós participamos dos fóruns do SINPAF, nós que construímos as nossas sessões e as nossas reivindicações, nossas lutas pelos direitos no dia a dia da nossa participação nesse sindicato. Disse ainda que muitos são os desafios, às lutas a serem feitas e essa plenária, com certeza, vai estar contribuindo para a direção e levantando os temas importantes aqui para as Seções Sindicais do Centro-Oeste e também para a Plenária Nacional; para os rumos do sindicato que vamos, a cada dia, construindo e fazendo com que fique mais forte, mais presente no nosso dia a dia. Com a palavra, o Sr. Flávio Silva, Presidente da CUT/GO destacou o papel da CUT na defesa dos direitos dos trabalhadores e na luta contra a precarização do trabalho, alertou sobre políticas de terceirização que comprometem a qualidade dos serviços públicos, incluindo universidades e centros de pesquisa e reforçou a necessidade de união e



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

mobilização dos sindicatos. O Sr. João Pires Junior, Coordenador do Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e Soberania, cumprimentou todas as mulheres, lembrando que este mês é um mês de grande relevância para a luta feminista no Brasil e no mundo “estamos aí preparando o 8 de março, mais um ano de luta das mulheres pela igualdade de direitos entre homens e mulheres” e enfatizou a importância da organização dos trabalhadores para influenciar decisões políticas, apontou a terceirização como uma ameaça à estabilidade dos empregos e à pesquisa nacional e ainda; destacou a parceria entre sindicatos e movimentos sociais para fortalecer as reivindicações dos trabalhadores. O Sr. Fernando Magela de Souza Silva, Chefe Adjunto de Administração da Embrapa Arroz e Feijão, agradeceu ao Sr. Walterlenne, pelo convite para participar de um evento tão importante do Sindicato. Disse que não existe sindicato sem Embrapa, não existe Embrapa sem sindicato. Disse ainda que, como sindicalizado, se sente representado por todos os presentes no plenário e desejou de coração que todas as discussões sejam realmente impactantes na vida dos empregados da Embrapa. Com a palavra, o Sr. Elcio Perpétuo Guimarães, Chefe Geral da Embrapa Arroz iniciou dando as boas-vindas ao Sr. Marcus Vinícius e agradecendo por ter escolhido Goiânia/GO para fazer a Plenária regional. A Embrapa Arroz e Feijão completa 50 anos em 2024, e sua comemoração oficial será em 4 de outubro. O reconhecimento foi dado à importância da pesquisa e do trabalho dos funcionários que viabilizam a atuação da empresa. Além disso, destacou-se a relação entre o Sindicato e a gestão da Embrapa Arroz e Feijão, ressaltando que, apesar das diferenças de posições, ambos compartilham o mesmo objetivo de fortalecer a Embrapa. A parceria do sindicato foi essencial, especialmente durante a pandemia da COVID-19, garantindo o andamento das pesquisas e a segurança dos empregados. Outro ponto relevante é a importância do diálogo político e da relação com parlamentares, que têm auxiliado na defesa da Embrapa e na formulação de políticas públicas. Por fim, foi destacada a relevância da Sessão Sindical Goiânia, reafirmando o papel do sindicato e das conexões políticas para fortalecer a empresa e garantir sua continuidade como referência na pesquisa agropecuária brasileira. Com a palavra, o deputado Mauro Rubem (PT-GO), e iniciou seu discurso destacando a importância da luta sindical e a necessidade de fortalecer a organização da classe trabalhadora. Ele ressaltou que vivemos em uma disputa de classes, onde os trabalhadores precisam se mobilizar para evitar retrocessos e garantir direitos. Ele também mencionou a necessidade de pressionar o governo para que políticas públicas favoreçam os trabalhadores, destacando os impactos negativos das políticas da direita. Criticou a postura do governador de Goiás, mencionando sua tentativa de se aproximar de grupos políticos conservadores. O deputado parabenizou a Embrapa e reforçou sua admiração pela instituição, destacando sua relevância na pesquisa agropecuária. Ele enfatizou a importância de levar o conhecimento produzido pela Embrapa para pequenos agricultores e comunidades tradicionais, garantindo mais inclusão e desenvolvimento sustentável. Por fim, Rubem destacou as contradições sociais do Centro-Oeste, mencionando a força dos trabalhadores da região, mas também os desafios como a violência e o feminicídio. Ele colocou seu gabinete na



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

Asssembleia Legislativa à disposição do sindicato e reforçou seu apoio à luta dos trabalhadores, encerrando sua fala com um chamamento à mobilização coletiva. Por fim, dado a palavra, a Sra. Jéssica da Silva Brito iniciou sua fala destacando a importância do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e saudou os presentes na plenária. Representando o Movimento Camponês Popular (MCP), ela ressaltou a importância do evento para aproximar organizações sindicais urbanas e rurais, unindo esforços por um Brasil mais justo e democrático. O MCP tem 15 anos de atuação e foca no resgate, melhoramento e multiplicação de sementes crioulas, beneficiando pequenos agricultores em diversos estados do Brasil. Jéssica destacou a importância da parceria com a Embrapa, que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da pesquisa e inovação. Ela ressaltou o desafio de democratizar o acesso às instituições de pesquisa e a necessidade de manter mobilização constante para recuperar direitos perdidos nos últimos anos. Ela também enfatizou que a agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar e o combate à fome no Brasil, já que diversas populações, como pescadores, quilombolas e indígenas, têm um papel fundamental na produção de alimentos. Segundo Jéssica, apenas com o apoio de políticas públicas será possível garantir a soberania alimentar e a valorização do trabalho agrícola. Por fim, fez um apelo ao sindicato para fortalecer o reconhecimento da agricultura familiar e sua importância na luta contra a fome, ressaltando que a classe trabalhadora urbana também deve compreender e apoiar essa pauta. Concluiu colocando o MCP à disposição para continuar colaborando com o sindicato e desejou sucesso à plenária. Por fim, foi dado a palavra ao Sr. Waltterlenne Englen, Presidente Interino da Seção Sindical Goiânia. Ele iniciou sua fala convocando a mesa a aplaudir os trabalhadores da Embrapa, reconhecendo o esforço de assistentes, técnicos, pesquisadores e analistas que ajudaram a construir a empresa ao longo dos 50 anos de história. Ele destacou que a qualidade e a dedicação da equipe foram fundamentais para a trajetória da Embrapa, mas alertou para o grande risco da terceirização, que ameaça toda essa estrutura. Criticou fortemente a ideia de que a terceirização seria uma solução para a Embrapa, afirmando que isso compromete a segurança alimentar do país e joga no lixo décadas de conquistas. Ele argumentou que a terceirização não melhora os serviços públicos, citando como exemplo a privatização da energia em Goiás, que resultou em queda na qualidade e aumento de preços. Para Waltterlenne, pesquisa, saúde, energia e água não podem ser terceirizados, pois isso representa um retrocesso para o Brasil. O sindicalista também denunciou que a diretoria da Embrapa está seguindo à risca um relatório do SMTA, herdado do governo anterior, que favorece a terceirização e desestrutura a empresa. Ele cobrou do deputado Mauro Rubem e de outros parlamentares uma agenda de luta para impedir esse desmonte e garantir que o presidente Lula tome conhecimento da situação e tome providências. Por fim, reforçou o compromisso do sindicato em defender a Embrapa, a segurança alimentar do Brasil e a soberania nacional, deixando claro que a luta contra a terceirização será uma prioridade absoluta. Encerrando sua fala, desejou um bom evento a todos e convocou a categoria para continuar mobilizada. **Momento cultural** – A Diretora Regional Centro-Oeste, Sílvia

00139549

**Sindicato Nacional dos Trabalhadores
de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário**
26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

Belloni destacou a importância da comemoração dos 50 anos da Embrapa e dos 35 anos do SINPAF, ressaltando a trajetória da luta sindical e suas conquistas. Para celebrar essa história, a Diretoria Nacional do SINPAF está realizando um trabalho de resgate da memória sindical, reunindo depoimentos de trabalhadores que participaram da construção da entidade e das mobilizações ao longo dos anos. Ela apresentou um trailer de um documentário que será lançado oficialmente durante a Plenária Nacional, em junho de 2024, em Brasília/DF. O filme destaca os desafios enfrentados pelos trabalhadores e os avanços conquistados, como os acordos coletivos e a melhoria das condições de trabalho na Embrapa. Silvia lembrou o papel do SINPAF na Marcha das Margaridas, a importância das mulheres na luta sindical e a necessidade de permanecer mobilizado para enfrentar desafios atuais. Ela enfatizou que a construção sindical é diária, e que cada dia pode ser uma conquista ou uma perda, dependendo do nível de organização e engajamento dos trabalhadores. Ao final, ela reforçou o convite para o lançamento do documentário e ressaltou que a equipe de comunicação está empenhada em reunir depoimentos e materiais históricos para valorizar a história do sindicato. Com isso, encerrou sua fala anunciando o próximo momento da plenária:

Mesa: Análise de Conjuntura. A Sra. Silvia Belloni convidou para compor a mesa os Srs. Marcus Vinícius, Presidente Nacional do SINPAF, Flávio, da CUT/GO, João Pires e Mauro Rubem. Os discursos de Mauro Rubem (deputado estadual do PT-GO) e Flávio Silva (presidente da CUT-GO) trazem uma análise profunda sobre a conjuntura política e os desafios enfrentados pela classe trabalhadora no Brasil, com ênfase nas terceirizações, concentração de poder no Congresso e mobilização sindical. Um dos pontos centrais dos discursos foi a crítica contundente à terceirização, especialmente no serviço público e em instituições estratégicas como a Embrapa e o setor da saúde. Mauro Rubem define a terceirização como "roubo", afirmando que ela compromete o funcionamento das instituições, desvaloriza os trabalhadores e facilita corrupção e desvios de recursos públicos. Ele argumenta que a terceirização não é uma solução administrativa, mas sim um método de sucateamento do setor público, permitindo que grandes grupos econômicos lucrem às custas do enfraquecimento do Estado. Essa visão é reforçada por Flávio Silva, que destaca que a terceirização faz parte de uma estratégia maior da direita e da extrema direita para desmontar os serviços públicos e privatizar setores essenciais, como saúde, educação e pesquisa científica. Ele lembra que a universidade pública também sofre ameaças e que já houve tentativas de privatização do ensino superior por meio de programas como o "Future-se". A preocupação com a Embrapa é evidente. Ambos ressaltam que a terceirização da pesquisa comprometeria a soberania científica do Brasil, tornando o país dependente de tecnologias estrangeiras e limitando sua capacidade de inovação agrícola. Para Mauro, terceirizar a Embrapa seria "roubar duplamente", já que além de afetar a gestão, comprometeria a produção de conhecimento – um bem inestimável. Mauro Rubem também faz uma análise crítica sobre a estrutura de poder no Brasil, ressaltando que, apesar da vitória de Lula em 2022, a direita e a extrema-direita continuam dominando o Congresso, os governos estaduais e as prefeituras. Ele argumenta que, se as eleições tivessem ocorrido uma semana

depois, Lula teria perdido, devido ao uso da máquina pública por Bolsonaro, a manipulação de recursos federais e o envolvimento de setores conservadores, como empresários, igrejas neopentecostas e forças de segurança. Essa análise mostra que, mesmo com um governo progressista no poder, há limitações institucionais que dificultam a implementação de políticas públicas voltadas para os trabalhadores. Mauro destaca que, hoje, parlamentares controlam grandes quantias de dinheiro por meio das emendas impositivas, o que fortalece os "currais eleitorais" e perpetua o domínio da direita no legislativo. Flávio Silva complementa essa visão, destacando que a direita no Brasil sempre teve como objetivo o controle da classe trabalhadora. Ele menciona que a escravidão no Brasil durou séculos porque a elite sempre soube manipular o sistema em benefício próprio, e que a terceirização é uma nova forma de exploração, com trabalhadores sendo precarizados enquanto empresários acumulam fortunas. Ambos os discursos reforçam a necessidade de organização dos trabalhadores para reverter esse cenário. Mauro convoca os sindicatos a pressionarem o governo Lula, para que ele tome conhecimento das ameaças da terceirização e do enfraquecimento do serviço público. Ele critica o fato de que muitas decisões no governo ainda são influenciadas por setores privatistas, mencionando casos dentro do Ministério da Educação, onde há resistência para aprovar um novo Plano Nacional de Educação alinhado aos interesses dos trabalhadores. Flávio Silva reforça essa necessidade de mobilização e menciona que a CUT está organizando uma grande marcha em Brasília, prevista para abril ou maio, com o objetivo de reunir milhares de trabalhadores para pressionar o governo e o Congresso. Ele enfatiza que não basta fazer protestos pequenos, e que para ter impacto real, é necessário colocar 100 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. Outro ponto crucial dos discursos é a importância de eleger parlamentares que defendam a classe trabalhadora. Mauro e Flávio argumentam que muitas das dificuldades enfrentadas pelo governo Lula vêm da falta de uma base sólida no Congresso. Eles alertam que, se a esquerda e os movimentos populares não se organizarem para as eleições de 2026, há risco da extrema-direita voltar ao poder. Eles também criticam o alto índice de trabalho escravo no Brasil, especialmente em Goiás, onde políticos e empresários são responsáveis por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão. Flávio reforça que, sem representantes comprometidos com os direitos dos trabalhadores, medidas como o aumento do salário-mínimo e a valorização do funcionalismo público serão sempre ameaçadas. Conclui-se assim que os discursos de Mauro Rubem e Flávio Silva são um chamado à ação para a classe trabalhadora, enfatizando que a luta sindical e a mobilização popular são essenciais para evitar retrocessos e garantir avanços sociais. Eles alertam que a terceirização não é apenas uma ameaça administrativa, mas uma estratégia de privatização e precarização dos serviços públicos. Além disso, reforçam que a extrema-direita segue forte e articulada, dominando o Congresso e influenciando decisões políticas. Ambos os líderes destacam que a solução passa pela mobilização sindical, pela pressão sobre o governo e pela eleição de representantes comprometidos com os interesses da classe trabalhadora. A convocação para a marcha nacional em Brasília e o seminário sobre terceirização são passos concretos nessa direção,



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

demonstrando que a luta está longe de acabar e precisa do envolvimento de todos os trabalhadores. O discurso de João Pires, representante do Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e da Soberania, apresenta uma análise ampla e aprofundada da conjuntura política, econômica e social, abordando desde os impactos da geopolítica global até os desafios internos enfrentados pelos trabalhadores no Brasil. João inicia sua análise destacando que o mundo vive um momento de grande instabilidade, com dois grandes conflitos em andamento: a guerra na Ucrânia e o genocídio na Palestina. Ele enfatiza que, embora esses conflitos não ocorram diretamente em territórios de grandes potências, são financiados e influenciados por elas, o que leva alguns analistas a considerá-los parte de uma possível Terceira Guerra Mundial. Ele chama a atenção para os impactos destrutivos dessas guerras, ressaltando que não apenas soldados, mas também civis são as principais vítimas, e denuncia a desumanização das pessoas afetadas pelos conflitos, citando imagens aéreas divulgadas pela mídia que retratam refugiados como meros "insetos" em fuga. A crise humanitária gerada por esses conflitos é um reflexo do que ele aponta como um momento de grande transformação geopolítica, onde a hegemonia dos Estados Unidos e do dólar está sendo desafiada pelos BRICS e por outras potências emergentes. Ele argumenta que, historicamente, as grandes potências não entregam seu poder de forma pacífica, o que torna esse período extremamente instável e imprevisível. Dentro desse contexto de transformação global, João ressalta a posição estratégica do Brasil e como o país tem conseguido se manter como uma liderança diplomática respeitada no mundo. Ele destaca que a diplomacia brasileira tem se pautado historicamente pela defesa da paz e do diálogo, postura que continua sendo adotada pelo atual governo. Essa abordagem garantiu ao Brasil um papel central nas relações internacionais, permitindo que o presidente Lula fosse respeitado tanto por aliados quanto por partes em conflito. Como exemplo, ele menciona que o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, busca constantemente dialogar com Lula, e que até mesmo países como França e Rússia reconhecem a importância do Brasil no equilíbrio das relações globais. Ele também cita o crescimento econômico do Brasil, destacando que o país foi recentemente classificado como a 9ª maior economia do mundo, ultrapassando Canadá e Rússia e com potencial de superar a Alemanha em breve, devido à crise energética causada pelo rompimento das relações comerciais entre Alemanha e Rússia. Além disso, ele ressalta que o crescimento econômico do Brasil em 2023 foi de 2,9%, alinhado com as previsões do governo, apesar de a mídia e o mercado financeiro tentarem minimizar esse avanço. Para ele, a recuperação econômica do Brasil precisa ser levada em consideração nas negociações sindicais, pois os trabalhadores devem lutar não apenas pela reposição salarial baseada na inflação, mas também por ganhos reais, visto que o país está crescendo. A última parte do discurso de João Pires foca nos desafios enfrentados pelos trabalhadores brasileiros e na importância da mobilização sindical. Ele destaca que, apesar do crescimento econômico, a correlação de forças no Congresso Nacional é extremamente desfavorável aos trabalhadores, uma vez que a maioria dos parlamentares representa interesses empresariais e conservadores. Ele alerta que as pautas que dominam o

Congresso hoje não são aquelas que beneficiam a classe trabalhadora, mas sim projetos de anistia para os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023, tentativas de enfraquecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma possível mudança na legislação para impedir a reeleição de Lula em 2026. Outro ponto crítico abordado foi a desigualdade na representatividade sindical no Congresso. João menciona que 173 parlamentares são empresários, enquanto apenas um é sindicalista, o que demonstra o enorme desequilíbrio de forças na política nacional. Esse cenário, segundo ele, é resultado de um sistema eleitoral que favorece grandes financiadores e impede a ascensão de representantes dos trabalhadores. Ele também menciona que o aumento das emendas parlamentares (chegando a R\$ 40 milhões para deputados federais) cria "currais eleitorais" e dificulta que representantes populares consigam disputar eleições em pé de igualdade. Outro ponto fundamental do discurso é a crítica severa à terceirização, que ele considera um dos pilares do neoliberalismo, ao lado da desregulamentação de normas e da privatização. João denuncia que, apesar da mudança de diretoria na Embrapa, resquícios autoritários e burocráticos da gestão anterior ainda permanecem, incluindo projetos de terceirização para cargos de assistente e secretariado. Ele alerta que se essa prática for aceita, abrirá precedentes para terceirizar outras áreas da Embrapa, comprometendo a autonomia da empresa e a qualidade das pesquisas realizadas. Para João, a terceirização não é apenas uma estratégia administrativa, mas sim um método de desmonte da instituição pública e transferência de conhecimento para interesses privados. Ele reforça que o SINPAF é independente de governos e partidos políticos e que o sindicato lutará para impedir que a terceirização se torne uma realidade dentro da Embrapa. Além disso, ele aceita o convite para integrar o movimento nacional contra as terceirizações, organizado pelo deputado Mauro Rubem e outras entidades. João conclui sua fala reforçando que a organização sindical e a luta coletiva são essenciais para a conquista de direitos. Ele lembra que todas as grandes conquistas dos trabalhadores no Brasil – como FGTS, salário-mínimo, SUS e previdência social – foram resultado de mobilização e luta. Ele também faz um chamado para que os trabalhadores se mantenham engajados na luta política e econômica, pois só assim será possível garantir avanços e impedir retrocessos. Além disso, ele aponta que a alta taxa de juros imposta pelo Banco Central é um dos principais entraves para o crescimento econômico do Brasil, pois impede o investimento produtivo e restringe o acesso ao crédito para a população. Ele encerra sua fala reafirmando seu compromisso com a luta sindical e se colocando à disposição para continuar dialogando e mobilizando os trabalhadores contra as ameaças que rondam a Embrapa e outras instituições públicas. Desfeita a mesa, a Dir. Regional Centro-Oeste Sílvia Belloni abriu a discussão para o segundo ponto de pauta, a **Mesa: Eleição do (a) secretário (a) e do (a) relator (a) para compor a mesa da plenária**. O processo seguiu um rito democrático, permitindo que os candidatos se apresentassem, mas, sem candidaturas espontâneas, os nomes sugeridos foram aprovados sem objeções. Os escolhidos foram **Marco Antônio da Cruz Borba – Secretário e moderador da mesa e Paulo Estivel – Relator da plenária**. **Aprovação da Pauta e Regimento Interno**. A pauta



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

da plenária e o regimento interno foram enviados com antecedência (30 dias), respeitando os procedimentos estatutários. Durante a sessão, foi verificado o quórum mínimo necessário (metade mais um dos delegados inscritos), confirmando a legitimidade da aprovação. A principal observação feita ao regimento foi a mudança na forma de submissão das moções e encaminhamentos, que agora precisam ser entregues até as 10h da manhã do dia seguinte e contar com a assinatura de pelo menos 10% dos delegados inscritos (três assinaturas, no caso desta plenária). Essas regras garantem que as propostas sejam organizadas e tenham representatividade mínima antes de serem votadas. **Mesa: Desafios nas relações de trabalho (ACT, CNN, teletrabalho)**, conduzida por Marcus Vinícius (presidente nacional do SINPAF) e Zeca Magalhães (secretário-geral do SINPAF), que abordariam a situação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O discurso de Zeca Magalhães, secretário-geral do SINPAF, Zeca inicia sua fala reconhecendo que o cenário para as negociações do último ACT foi mais complexo do que o esperado. A expectativa inicial era de um ambiente mais favorável devido ao novo governo, mas, na prática, as negociações foram difíceis, especialmente no que diz respeito a avanços financeiros. Apesar das dificuldades, houve conquistas significativas, outro ponto relevante destacado por Zeca foi a inclusão, no ACT, de mecanismos de valorização dos dirigentes sindicais, tais como: Garantia de progressão salarial para sindicalistas: antes, os dirigentes sindicais ficavam estagnados na carreira, muitas vezes passando 10 a 12 anos sem progressão, o que os prejudicava financeiramente e liberação de mais um dirigente sindical sem ônus para a empresa: essa medida amplia a capacidade de atuação sindical, especialmente em Brasília, onde a carga de trabalho é maior. O sindicato já iniciou o processo para o ACT 2024, seguindo uma linha organizada e participativa. A antecipação da negociação é uma estratégia importante, pois evita que as tratativas se arrastem por meses após o vencimento do ACT vigente, o que geraria insegurança para os trabalhadores. A proposta do sindicato é iniciar as negociações em abril de 2024, sem aguardar o tradicional prazo pós 1º de maio. Além disso, Zeca alerta sobre a possibilidade de dificuldades na negociação, devido a restrições impostas pelos ministérios envolvidos (Fazenda, Gestão e Planejamento), o que pode limitar avanços financeiros. O discurso do Presidente Nacional do SINPAF, Marcus Vinícius, traz uma reflexão sobre as estratégias adotadas no passado, os desafios enfrentados e as propostas para a próxima rodada de negociações. Além disso, destaca a importância da mobilização sindical e a valorização dos dirigentes liberados. Marcus Vinícius inicia sua fala lembrando a estratégia adotada no ACT de 2022-2023, quando o SINPAF decidiu levar a negociação para o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Essa decisão foi baseada na análise política do comportamento do governo da época, que dificultava a recomposição das perdas inflacionárias. No entanto, a estratégia para o ACT de 2023-2024 foi diferente. Em vez de recorrer ao TST, optou-se por manter as negociações administrativas e políticas. Isso se deu porque: Havia risco de que o TST reduzisse os índices negociados para os auxílios (alimentação, refeição, filhos com deficiência e creche); A negociação simultânea com a Codevasf garantiu um aumento de 25% nos auxílios, e o sindicato conseguiu levar esse percentual para a Embrapa e; O processo de



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

mediação do TST poderia ser demorado, o que atrasaria ainda mais o desfecho do acordo. O resultado dessa estratégia foi uma negociação prolongada, mas que garantiu índices mais favoráveis para os trabalhadores. No entanto, a lentidão da comissão da Embrapa, que insistiu em submeter cada cláusula a reavaliações técnicas, foi um obstáculo significativo. Para o novo ACT, o desafio será retomar e ampliar essas cláusulas sociais, garantindo que a negociação ocorra com maior transparência e agilidade. O SINPAF pretende adotar uma nova abordagem para evitar atrasos e desgastes na negociação. O presidente reforça que o índice de reajuste salarial será um dos pontos mais difíceis de negociar, mas o compromisso do sindicato é buscar a melhor proposta possível. Vinícius destaca a necessidade de preparar as bases sindicais para um possível movimento de mobilização e reforça a importância de os delegados e sindicalistas conhecerem profundamente o ACT vigente. A mobilização dos trabalhadores será fundamental para pressionar por avanços. A estrutura da CNN deve ser mantida, respeitando sua decisão em congresso. Atrasos na implementação de direitos negociados devem ser combatidos com mecanismos mais rigorosos. Às treze horas e vinte e seis minutos do sábado aconteceu a pausa para o almoço e às quatorze horas e trinta minutos no turno da tarde foi constituída a **Mesa: Terceirização. Composição da mesa: Antonio Guedes, Diretor Administrativo e Financeiro do SINPAF; Franciana Belaver, Diretora de Políticas Sociais e Cidadania do SINPAF; Dra. Luara Abdias, LBS Advogados e Advogadas e Dra. Larissa Rodrigues Pinheiro, Rodrigues Pinheiro Advocacia.** O palestrante Antônio Guedes, inicia sua fala enfatizando que a terceirização já é um problema antigo e que continuará sendo debatido no futuro. O cerne do discurso é a crítica à terceirização dentro da Embrapa e as consequências negativas desse modelo para os trabalhadores e para a pesquisa científica. Os pontos principais abordados incluem: 1) Impacto na Condição de Trabalho e Salário; 2) Prejuízo à Continuidade da Pesquisa; 3) Impacto na Embrapa e no Setor Público; 4) Crítica à Gestão e aos Governos; 5) Comparação com Outros Setores: A terceirização já ocorreu em áreas como limpeza e manutenção, onde funcionários efetivos foram substituídos; A preocupação é que o mesmo ocorra com pesquisadores, assistentes e técnicos, prejudicando a continuidade da pesquisa. Para concluir, o discurso reflete uma preocupação legítima e relevante dentro do setor público e da pesquisa científica. Disse ainda o Sr. Antônio Guedes que essa discussão da terceirização é uma situação que, na transição, foi conversado com o então senador, que se tornaria em breve ministro, Carlos Fávaro, lá no Centro Cultural do Brasil, numa reunião de mais ou menos uma hora, uma hora e meia. Disse "Eu, Vinícius, a diretora hoje Selma, que na época era representante dos trabalhadores do CONSAD, o viu lá na serra, e dois representantes da AMP estavam presentes. Claramente, nós colocamos a questão da terceirização, que estava avançando na Embrapa. E o ministro disse que ele era totalmente contra a terceirização. Nós colocamos, eu coloquei a questão dos assistentes com mais tempo lá para ele, expliquei situações e tal". No final da reunião, inclusive, depois que acabou, o Sr. Fávaro disse: "foi bom você me dizer isso, para eu compreender melhor como funcionam as coisas". Então, ele sabe tudo que está acontecendo na Embrapa, porque nós o dissemos. Mas



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

depois que ele se tornou ministro, nunca recebeu o sindicato. Foge do sindicato, como diz a expressão popular, como o diabo corre da cruz. Então, o ministro sabe, as pessoas que dão a direção da empresa sabem. Então, saber não é só suficiente, não é suficiente. Nós precisamos de atitude. E no governo que os trabalhadores elegeram, que tem como palco o combate à fome, é inaceitável que a Embrapa siga o curso que ela está seguindo. Por isso, como eu sempre falo nessa questão, vai ter luta e precisa ter luta, senão a nossa Embrapa está caminhando a passos largos para o seu fim. Com a palavra, Dra. Luara Abdias, LBS Advogados e Advogadas. O discurso da Dra. Luara é um posicionamento jurídico e político sobre a terceirização no Brasil, especialmente no contexto da Embrapa. Ela expõe como o Poder Judiciário, particularmente o Supremo Tribunal Federal (STF), tem atuado nas últimas décadas de forma a reduzir ou eliminar direitos trabalhistas. Para isso, ela cita um estudo do desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho, que analisou 68 processos julgados pelo STF desde o início do século XXI no contexto neoliberal. 1) O Papel do STF e a Regressão dos Direitos Trabalhistas. 2) O Tema 725 e a Terceirização Irrestrita. 3) O Caso da Embrapa e o Impacto da Terceirização. 4) Denúncia ao Ministério Público do Trabalho. 5) Expansão da Terceirização em 2024. Em 2024, a Embrapa propôs ampliar ainda mais a terceirização, incluindo atividades de secretariado. A empresa utilizou uma brecha jurídica para justificar a terceirização, removendo certas funções dos assistentes para que elas pudessem ser atribuídas a terceirizados. A Dra. Luara enfatiza que a legislação é construída de forma a facilitar a retirada de direitos, citando o Decreto 9.507/2018, editado no governo Temer, que regulamenta a terceirização no setor público. O Decreto 9.507/2018 estabelece que não se pode terceirizar atividades que já estão previstas no plano de cargos e salários. No entanto, o mesmo decreto abre brechas ao permitir a terceirização caso seja mais eficiente, econômica ou razoável. Essa contradição permite que as empresas justifiquem a terceirização alegando economia de recursos, o que na prática leva à redução de direitos. A Dra. Luara adota uma visão crítica do Direito, inspirada na corrente do *"Direito Achado na Rua"*, que considera o Direito como um processo de luta entre capital e trabalho. Para essa corrente, o Direito não é algo fixo ou imutável, mas sim o resultado de disputas políticas e sociais. Os avanços e retrocessos no Direito do Trabalho são resultado da luta de classes. Portanto, a única forma de reverter a precarização do trabalho não é confiar no Judiciário, mas sim fortalecer a luta coletiva e sindical. Por fim, a Dra. Luara finaliza sua fala com uma mensagem de mobilização para os trabalhadores da Embrapa, reforçando que: O Poder Judiciário não é um aliado na luta contra a terceirização, pois tem tomado decisões que favorecem o capital e prejudicam os trabalhadores. A terceirização não será revertida por meios judiciais, mas sim por meio da pressão política e sindical. O sindicato não deve aceitar passivamente as mudanças, pois o Direito é uma construção social e pode ser alterado com luta e mobilização. A terceirização ameaça não apenas os trabalhadores terceirizados, mas todos os trabalhadores, pois enfraquece a estabilidade e reduz salários em toda a categoria. Com a palavra, a Dra. Larissa Rodrigues Pinheiro, Rodrigues Pinheiro Advocacia fala sobre a Terceirização. O discurso da Dra. Larissa Rodrigues



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

Pinheiro aborda a terceirização na Embrapa sob uma perspectiva política e jurídica, trazendo reflexões sobre como esse processo afeta tanto os trabalhadores quanto a organização da empresa. Sua fala reforça o entendimento de que a terceirização não é apenas uma questão administrativa, mas sim um projeto estrutural e ideológico, alinhado a uma visão neoliberal que prioriza a redução de custos em detrimento da valorização dos trabalhadores e da qualidade dos serviços prestados. Ela segue a mesma linha de argumentação das falas anteriores, mas aprofunda a discussão sobre os impactos da terceirização no funcionamento da Embrapa e no movimento sindical. A análise detalhada de sua fala pode ser dividida nos seguintes tópicos: 1) A Terceirização Como um "Mecanismo de Moer Gente". Dra. Larissa inicia sua fala citando o desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho, que, em 2014, publicou o livro *"A Terceirização é Máquina de Moer Gente Trabalhadora"*. 2) A Evolução da Terceirização Dentro da Embrapa. 3) A Lógica Neoliberal e a Transformação da Embrapa. 4) O Impacto da Terceirização na Base Sindical. 5) A Criação de uma "Nova Ordem Sindical". 6) Caminhos para Enfrentar a Terceirização. Apesar do tom crítico e preocupante da sua fala, Dra. Larissa aponta algumas possibilidades de enfrentamento: Mobilização política e sindical: Como o Judiciário já se posicionou favoravelmente à terceirização, a resistência deve vir da organização dos trabalhadores. Monitoramento das contratações terceirizadas: Ela sugere que os sindicatos exijam transparência da Embrapa, pedindo informações detalhadas sobre quem são os terceirizados, quais suas funções e quanto recebem. Denúncia de irregularidades: Qualquer tentativa de burlar o concurso público ou precarizar as condições de trabalho devem ser expostas e combatidas. Fortalecimento da base sindical: O sindicato precisa engajar mais trabalhadores para evitar o enfraquecimento da categoria. Para concluir, o discurso da Dra. Larissa Rodrigues Pinheiro é uma denúncia contundente sobre como a terceirização está sendo usada para precarizar o trabalho na Embrapa e desmontar o movimento sindical. Ela alerta que a terceirização não é apenas uma decisão administrativa, mas sim um projeto ideológico, que visa transformar a Embrapa em uma empresa privada, reduzindo custos à custa da qualidade do trabalho e dos direitos dos empregados. Sua fala reforça que, apesar do cenário jurídico ser desfavorável, a única forma de resistência é através da mobilização política e sindical. Caso contrário, a terceirização continuará avançando até que os trabalhadores efetivos sejam uma minoria dentro da empresa, tornando o sindicato cada vez mais irrelevante. Franciana Belaver, Diretora de Políticas Sociais e Cidadania do SINPAF em sua fala destaca por uma perspectiva política e estratégica sobre a terceirização, enfatizando a importância da mobilização coletiva como forma de resistência. Diferente das falas anteriores, que aprofundaram os aspectos jurídicos e estruturais da terceirização, sua abordagem foca na necessidade de engajamento dos trabalhadores e no papel fundamental da base sindical para impedir que esse processo avance. Franciana destaca o valor da Embrapa como uma instituição de referência e manifestando preocupação com o futuro da empresa caso o plano de terceirização seja implementado. Ela alerta que: A terceirização pode representar o fim da Embrapa como a conhecemos, pois afetará a estrutura, a qualidade do trabalho e o comprometimento

dos funcionários. O grupo de assistentes é fundamental para o funcionamento da empresa, e sua substituição por terceirizados resultará em perda de conhecimento técnico, descontinuidade nas pesquisas e precarização do trabalho. Reforça ainda o argumento de que a terceirização não é apenas uma questão de custo, mas uma decisão que compromete a qualidade dos serviços e o futuro da empresa. Franciana destaca os pontos: 1) O Papel do Sindicato e da Mobilização da Base. **Mesa: Relações Institucionais - Atuação política do Sindicato** - Composição da mesa: Zeca Magalhães, Diretor de Relações Institucionais do SINPAF. Em seu discurso, o Diretor José Vicente se destaca por apresentar uma visão estratégica e institucional da atuação do SINPAF. Ele expõe as ações políticas e parlamentares realizadas pelo sindicato, destacando a importância da articulação com os poderes Executivo e Legislativo para defender os interesses dos trabalhadores e fortalecer a Embrapa como empresa pública. José Vicente enfatiza a necessidade de fortalecer a presença política do sindicato, garantindo que a Embrapa seja reconhecida como essencial para o desenvolvimento do país e protegendo-a contra processos de sucateamento e terceirização. Sua fala pode ser organizada nos seguintes eixos principais: 1) A Reorganização da Pasta de Relações Institucionais do SINPAF. 2) A Importância da Articulação Política e Parlamentar. 3) O Trabalho de Base: Mobilizar os Parlamentares Locais. 4) A Criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Embrapa. 5) A Luta Contra o Sucateamento da Embrapa. 6) A Disputa por Recursos via Emendas Parlamentares. 7) A Expansão da Atuação Sindical. 8) Planejamento para 2024 e Próximos Passos. Para 2024, José Vicente destaca algumas ações prioritárias: Lançamento da Frente Parlamentar Mista no Senado; Organização de audiências públicas para discutir temas como terceirização, sustentabilidade e combate à fome; Sensibilização de parlamentares sobre a importância da Embrapa; Visitas individuais a todos os deputados e senadores, levando informações e pedindo adesão à Frente Parlamentar; Fortalecimento da participação do SINPAF em debates e eventos relevantes. Ele reforça que, para que essas ações tenham sucesso, é fundamental que os trabalhadores da Embrapa e os dirigentes sindicais se engajem politicamente, buscando apoio dentro e fora do parlamento. Concluindo, o discurso de José Vicente mostra a importância da atuação política e institucional do sindicato na defesa da Embrapa e dos seus trabalhadores. Ele ressalta que não basta apenas resistir à terceirização e ao sucateamento da empresa – é necessário agir estrategicamente, fortalecendo a presença sindical nos espaços de decisão. A principal mensagem de sua fala é que a luta sindical precisa estar presente no parlamento, no governo e na sociedade. Sem essa mobilização, a Embrapa corre o risco de continuar sendo precarizada e desmontada ao longo dos anos. **Mesa: Informes: Estatuto e questões jurídicas** - Composição da mesa: Adilson F. Mota, Diretor Jurídico do SINPAF; Marco Antônio da Cruz Borba, Membro da Comissão de Revisão do estatuto; Liliane Galvão, Analista Jurídico do SINPAF e Luara Abdias, LBS Advogados e Advogadas. O evento do SINPAF trouxe uma série de discussões fundamentais sobre a reforma do estatuto, ações jurídicas em andamento, assédio institucional e desafios da gestão sindical. Diversos membros e especialistas contribuíram com suas visões, destacando pontos críticos para



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

o futuro da atuação sindical e para os trabalhadores da Embrapa. A seguir, analisamos as principais colocações feitas no encontro: 1) A Reforma do Estatuto do SINPAF; A respeito das Ações Jurídicas do SINPAF – A Dra. Luara Abdias, LBS Advogados e Advogadas; abordou as principais ações coletivas em andamento e destacou que a maioria das disputas enfrentam longos prazos no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Com a palavra, o Sr. Marco Antônio da Cruz Borba, Membro da Comissão de Revisão do estatuto, destacou que o estatuto do sindicato não trata apenas de normas operacionais, mas também de aspectos políticos e filosóficos. Ele criticou a falta de atualização na linguagem inclusiva, apontando que a redação ainda usa o termo “trabalhadores” sem contemplar “trabalhadoras”. 1) Propostas para futuras atualizações do Estatuto: Revisão da linguagem, ampliação da atuação do sindicato junto à sociedade e à Embrapa. Discussão sobre a necessidade de uma diretoria de diversidade. Borba defende que o sindicato deve atualizar sua estrutura e discurso para se alinhar às transformações sociais e às novas pautas trabalhistas. 2) A Evolução da Atuação Jurídica do Sindicato; 3) A Reforma do Estatuto: Uma Conquista Estratégica; 4) A Defesa dos Trabalhadores com Mais de 75 Anos; 5) Ação Contra o Abate-Teto e Problemas com o Erp SAP; 6) O Futuro da Atuação Jurídica do Sindicato; 7) O Papel do SINPAF na Proteção dos Trabalhadores; 8) Prioridade para o Combate ao Assédio Institucional; Finalizando sua fala ele conclui que: **O SINPAF Está Mais Forte, Mas a Luta Continua** e ainda reforça que o SINPAF se fortaleceu juridicamente, conseguindo importantes vitórias contra injustiças da Embrapa. No entanto, a luta continua, com novas ações sendo planejadas e com desafios que ainda precisam ser enfrentados. Às 18h40 minutos encerrou-se os trabalhos do primeiro dia de Plenária. O segundo dia de Plenária teve início às 08h32 do dia três de março de dois mil e vinte e quatro com a **Mesa: Diversidade (Gênero, raça e PCD, assédio moral e sexual)** - Composição da mesa: Coordenação: Sílvia Mara Belloni, Diretora da Mulher do SINPAF; Franciana Volpato, Diretora Políticas Sociais do SINPAF, Ana Lúcia da Silva, Coordenadora do Centro Cultural Eldorado dos Carajás; Professora aposentada da UFG; Doutora em História pela USP; Karine Nascimento, representando, Beatriz Lopes (Dep. Estadual PT-GO); Anna Carolina do Vale Pinheiro, Filiada da Seção Sindical Cenargen; Sílvia Mara Belloni, Diretora da Mulher do SINPAF. A Sra. Karine Nascimento, fala sobre Racismo, Machismo e Igualdade Social, em sua fala da Karine, trouxe reflexões importantes sobre racismo, machismo e a necessidade de mudanças estruturais na sociedade. abordou questões históricas e sociais de forma prática e direta, focando na responsabilidade coletiva para combater as desigualdades. Seus pontos principais foram: 1) A Importância da Diversidade e a Luta Contra o Racismo; 2) O Papel das Cotas e a Reparação Histórica; 3) O Machismo e Seus Impactos na Sociedade; 4) Violência Contra as Mulheres e a Cultura do Machismo; 5) O Papel dos Homens na Construção de uma Sociedade Mais Igualitária; 6) Ações Legislativas e Compromisso com a Igualdade; 7) A Construção de uma Sociedade Mais Justa. O discurso de Karine Nascimento foi extremamente didático e provocador, levando os participantes a refletirem sobre seu papel na construção de uma sociedade mais justa, deixando como mensagem final: A luta contra o racismo e o machismo não



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

pode ser responsabilidade apenas das vítimas – todos precisam se engajar e agir para mudar a realidade da sociedade. O racismo estrutural ainda está presente e precisa ser combatido diariamente, começando pela linguagem e atitudes cotidianas; As cotas raciais são fundamentais para a inclusão social e a reparação histórica, garantindo oportunidades justas para todos; O machismo afeta toda a sociedade e não pode ser apenas uma luta das mulheres – os homens precisam se engajar e agir ativamente contra a desigualdade de gênero; A violência contra a mulher se manifesta de diversas formas (física, psicológica, financeira, patrimonial, sexual) e só será combatida com mudança cultural e comprometimento político e; O envolvimento do poder público é essencial – políticas como o protocolo "Não é Não" demonstram o compromisso de criar um ambiente mais seguro para as mulheres. Com a palavra, a Sra. Ana Carolina: Direitos das Mulheres e Pessoas com Deficiência (PCDs) na Embrapa. Em seu discurso Ana Carolina (analista da Embrapa Cenargen), trouxe reflexões profundas sobre o papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, além da necessidade de inclusão e respeito às pessoas com deficiência (PCDs), especialmente os neurodivergentes. Sua fala combinou experiência pessoal, contexto histórico e desafios institucionais, mostrando um compromisso com a luta por equidade e inclusão, iniciando sua fala ela destaca: 1) Reflexão Sobre Machismo e Extremismos no Feminismo; 2) O Papel dos Homens e a Responsabilidade Coletiva; 3) A Realidade das Pessoas Neurodivergentes e PCDs na Embrapa; 4) Desafios dos Neurodivergentes no Trabalho; 5) Questões Sensoriais e Adaptação ao Ambiente; 6) Direitos dos PCDs e Pais de Crianças com Deficiência; 7) A Necessidade de Educação e Sensibilização; 8) Conclusão: Construindo um Ambiente Mais Inclusivo e Justo. A fala de Ana Carolina foi extremamente relevante e inspiradora, abordando duas grandes frentes de luta por equidade: o respeito às mulheres e a inclusão das pessoas neurodivergentes e PCDs. Antes de passar a palavra para a Sra. Ana Lúcia, a Dir. Silvia Belloni fez a seguinte análise sobre a fala da Ana Carolina: A fala da Ana Carolina é um exemplo de sensibilidade e reflexão sobre a inclusão de pessoas neurodivergentes no ambiente de trabalho e social. Sua fala revela uma tomada consciência sobre como interagir de maneira respeitosa com pessoas autistas, destacando a importância do aprendizado contínuo sobre diversidade e empatia. Silvia inicia seu comentário relatando sua surpresa ao descobrir que Ana Carolina era autista: *"Quando você falou para mim assim, eu também sou autista. Aí eu, oi, tudo bom?"* Esse trecho destaca como, muitas vezes, o autismo pode não ser imediatamente perceptível, o que reforça a importância de não fazer julgamentos precipitados sobre o comportamento das pessoas. Algumas características de um autista podem ser interpretadas erroneamente como timidez, distanciamento ou desinteresse, quando na verdade são apenas diferentes formas de interação social. Ela complementa: *"Eu vi que você ficou mais quieta. Então, a gente tem que respeitar o tempo do outro."* Muitas pessoas autistas precisam de mais tempo para processar informações ou responder a interações sociais, o que pode ser confundido com falta de interesse ou até mesmo grosseria por aqueles que não compreendem o espectro autista. Em um mundo acelerado e que exige respostas imediatas, compreender que algumas pessoas têm um



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

tempo diferente para interagir é um passo essencial para uma sociedade mais inclusiva. Outro ponto levantado por Silvia é o impacto das luzes e estímulos sensoriais no ambiente para pessoas neurodivergentes. Ela reconhece que não tinha conhecimento sobre o quanto isso podia ser um problema: *"Você falou da questão das luzes. Eu não sabia."* Isso revela um problema comum: muitas pessoas não entendem os desafios sensoriais enfrentados pelos autistas. As sensibilidades variam de pessoa para pessoa, mas alguns exemplos incluem: Luzes fortes ou piscantes, que podem causar desconforto ou sobrecarga sensorial. Ruídos altos ou constantes, como ventiladores, ar-condicionado, conversas em grupo ou sons repetitivos. Texturas e toques inesperados, que podem ser extremamente incômodos. *"Então, são coisas que, às vezes, o... Você falava que a gente desligava porque, às vezes, atrapalha."* Aqui, Silvia reconhece que ações simples, como reduzir a intensidade da iluminação ou minimizar barulhos excessivos, podem fazer uma grande diferença para quem tem hipersensibilidade sensorial. Pequenos ajustes no ambiente podem melhorar significativamente a experiência e a produtividade de pessoas neurodivergentes. Reflexão Importante: Não é necessário ser neurodivergente para apoiar e promover mudanças que tornem os espaços mais acessíveis. A conscientização sobre as necessidades das outras pessoas deve ser uma responsabilidade coletiva. Silvia encerra sua fala enfatizando que o intuito da conversa e da mesa redonda era justamente promover a conscientização e ensinar as pessoas a interagirem de forma mais inclusiva: *"Então, às vezes, a gente não sabe também levar a noção. A gente não sabe como se portar. Então, o intuito dessa mesa hoje é isso e aqui. É como a gente saber se portar e se comportar. Todo mundo, tá?"* Ao dizer "Todo mundo, tá?", Silvia enfatiza que inclusão é uma responsabilidade coletiva. Não se trata apenas de adaptar os autistas ao mundo, mas sim de adaptar o mundo para que todos possam coexistir com respeito e dignidade. Com a palavra, a Sra. Ana Lúcia fala sobre a Construção Social da Mulher, o Machismo e a Luta da Classe Trabalhadora. A fala da professora Ana Lúcia da Silva traz uma análise profunda sobre a construção social da mulher, as desigualdades de gênero, raciais e de classe, além do papel do capitalismo na manutenção dessas desigualdades. Sua perspectiva histórica e militante, desde a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), evidencia como as estruturas sociais são criadas, reforçadas e perpetuadas ao longo do tempo tais como: 1) O Silenciamento das Mulheres Negras na História; 2) A Construção Social da Mulher e do Homem Desde a Infância; 3) A Sociedade Controlada Pelos Homens e a Submissão das Mulheres; 4) A Violência Contra as Mulheres e a Culpabilização da Vítima; 5) A Diversidade Sexual e os Desafios da Nova Geração; 6) O Verdadeiro Inimigo da Classe Trabalhadora. Por fim, Ana Lúcia lembra que o maior inimigo dos trabalhadores é a classe dominante, que controla os meios de produção, a terra, a economia e mantém a desigualdade social. *"O grande inimigo da classe trabalhadora é o agronegócio. O grande inimigo da classe trabalhadora é o sistema financeiro."* Ela denuncia como um pequeno grupo de empresas e bilionários controla os recursos naturais do mundo, enquanto a classe trabalhadora luta para sobreviver, dividida entre a fome e o excesso de produtos industrializados que causam doenças. Para concluir, a transformação da

sociedade só será possível quando todas essas lutas forem compreendidas como parte de uma única batalha contra a desigualdade e a opressão. **Mesa: Comunicação sindical e os desafios diante dos avanços das redes sociais e fake news** - Composição da mesa: Antônio Marcos, Diretor de Comunicação do SINPAF; Maria José Braga, Sec. de Formação e Integração com as Instituições de Ensino Superior, Sindjor/GO. A fala da Sra. Maria José oferece uma análise abrangente, crítica e estratégica sobre a comunicação sindical, o impacto das redes sociais na disseminação de informações e o desafio da desinformação. Como jornalista e militante do movimento pela democratização da comunicação, ela traz um panorama detalhado sobre os desafios, a importância da comunicação estruturada e as estratégias para fortalecer a luta da classe trabalhadora por meio da informação, foram abordados temas como: 1) A Comunicação Como Estratégia de Luta; 2) A Transformação da Comunicação Social Pelas Redes; 3) O Paradoxo da Sociedade da Informação e da Desinformação; 4) O Papel do Jornalismo e a Crise da Credibilidade; 5) A Indústria da Desinformação e Seu Impacto Político; 6) O Novo Desafio: A Economia da Atenção; 7) Conclusão: Comunicação Sindical Como Ferramenta de Mobilização. Maria José encerra sua fala com um chamado à ação: "*O verdadeiro militante não para nunca. A luta pela democratização da comunicação é essencial para fortalecer a classe trabalhadora.*" Seu discurso deixa claro que o movimento sindical precisa evoluir na sua comunicação, compreendendo o cenário digital e adotando estratégias para disputar a narrativa pública. O movimento sindical precisa abandonar velhas práticas comunicacionais e se atualizar para enfrentar a guerra digital. A luta pela democratização da comunicação não é apenas sobre falar, mas sobre garantir que a mensagem sindical alcance, engaje e mobilize os trabalhadores. Se a comunicação for falha, a luta será enfraquecida. Se for bem feita, a luta será fortalecida. O Dir. Antônio Marcos aborda pontos essenciais sobre o papel da comunicação na luta sindical, os desafios da desinformação e a crise do diálogo no ambiente de trabalho. Ele levanta questões estruturais sobre como a desinformação e as bolhas de informação afetam a mobilização dos trabalhadores e como a qualidade da comunicação pode ser aprimorada para fortalecer a participação sindical. 1) Comunicação Como Estratégia Central; 2) O Papel das Bolhas Informacionais; 3) A Lei de Controle da Desinformação; 4) A Desinformação Como Instrumento de Desmobilização; 5) O Cansaço da Informação e a Economia da Atenção; 6) Crise do Diálogo e Esvaziamento dos Espaços de Discussão. **Mesa: A questão do combate à fome** - Composição da mesa: Coordenação: Franciana Volpato, Diretora Políticas Sociais do SINPAF, Ana Lúcia da Silva, Coordenadora do Centro Cultural Eldorado dos Carajás, Professora aposentada da UFG, Doutora em História pela USP. A fala da Sra. Ana Lúcia trata de diversos aspectos históricos, sociais e econômicos relacionados ao capitalismo, racismo e exploração da classe trabalhadora. A seguir, sistematizo os principais pontos levantados por ela: 1) História do Capitalismo e a Exploração da Força de Trabalho; 2) Racialização e Invasão das Terras Indígenas; 3) A Escravidão e a Formação de Riquezas; 4) A Desumanização do Escravo e a Resistência Negra; 5) A Abolição e a Exclusão dos Negros da Sociedade; 6) A Racialização e a Exclusão Sistêmica; 7) Desigualdade de Gênero e Raça; 8) O Papel da Luta de Classes e a Busca



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

por uma Sociedade Justa. 9) O Imperialismo e a Exploração Global; 10) O Impacto do Neoliberalismo e a Crise Social; 11) O Papel da Consciência de Classe e da Educação; 12) A Luta por Justiça Social e Igualdade; 13) O Papel da Resistência e da Mobilização Popular. **Mesa: Saúde do Trabalhador** - Composição da mesa: Pedro Melo, Diretor de Saúde do SINPAF; Roberto Xavier, Representante do Diesat. A fala do Sr. Pedro Melo aborda uma questão crítica e contemporânea: a saúde mental no ambiente de trabalho. Ele contextualiza o problema dentro da realidade brasileira e do impacto sobre os trabalhadores, destacando a necessidade de ações concretas para lidar com o que considera um dos grandes desafios da atualidade. 1) Janeiro Branco e a Saúde Mental. 2) Panorama da Saúde Mental no Brasil. 3) Fatores Determinantes para o Adoecimento Mental. 4) Pesquisa sobre Saúde Mental e Ambiente de Trabalho. 5) Ação Sindical e Pesquisa Epidemiológica. Pedro Melo informa que o sindicato, em parceria com Roberto, está organizando uma pesquisa epidemiológica para mapear a saúde mental dos trabalhadores nas Empresas de base do SINPAF. Será feita uma amostragem para entender a extensão dos problemas de saúde mental dentro da categoria. Ele solicita o apoio dos delegados e presidentes sindicais para divulgar a pesquisa e ampliar o número de respondentes, garantindo um levantamento mais preciso. 6) Conclusão e Encaminhamentos. A fala de Pedro Melo deixa claro que a saúde mental dos trabalhadores não pode ser negligenciada. Ele enfatiza que a desinformação e a falta de diálogo sobre o tema ainda são barreiras a serem superadas. É essencial tratar a saúde mental como prioridade no ambiente de trabalho. Assédio moral, pressão excessiva e falta de suporte institucional agravam o problema. A pesquisa epidemiológica ajudará a identificar a real situação dos trabalhadores. A participação ativa dos representantes sindicais é fundamental para a coleta de dados. Pedro Melo conclui sua palavra trazendo uma abordagem realista e preocupante sobre a saúde mental, destacando que essa questão precisa de políticas institucionais eficazes e de uma mudança na cultura organizacional para garantir o bem-estar dos trabalhadores. O sindicato assume um papel importante ao levantar esse debate e ao buscar estratégias para minimizar os impactos dos transtornos mentais no ambiente de trabalho. Com a palavra, o Sr. Roberto Xavier foi bastante abrangente, trazendo uma análise detalhada sobre o papel do Diesat (Grupo Interinstitucional de Estudos e Saúde do Trabalhador) e sua parceria com o SINPAF, com foco em saúde do trabalhador, adoecimento mental e condições de trabalho. Ele destacou a importância da pesquisa epidemiológica que será realizada, bem como os desafios estruturais e históricos que afetam a saúde dos trabalhadores no Brasil. 1) Introdução ao Diesat e sua Relevância para o Movimento Sindical. 2) Capacitação Sindical e Parcerias. 3) Saúde do Trabalhador e Adoecimento Mental. 4) Dados Alarmantes sobre Acidentes de Trabalho. 5) Apagão de Dados e Desafios na Saúde do Trabalhador. 6) Estrutura da Pesquisa Epidemiológica. Roberto explica que a pesquisa será dividida em duas etapas: 1. Primeira etapa: Pesquisa ampla com questionário eletrônico para todos os trabalhadores e; 2. Segunda etapa: Investigação mais aprofundada sobre assédio moral, assédio sexual, riscos ocupacionais e saúde mental. Definição de estratégias para atender os trabalhadores mais afetados. 7) Problema do



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

Viés de Sobrevivência. 8) Diferenças Regionais e Trabalhadores Envelhecendo. A pesquisa analisará as condições geográficas e epidemiológicas. Municípios pequenos e afastados têm pouca estrutura de saúde. 70% dos trabalhadores do SINPAF têm mais de 39 anos, o que gera desafios adicionais para saúde. Roberto Xavier encerra destacando que a pesquisa epidemiológica será essencial para embasar políticas de saúde no trabalho. Pontos-chave da pesquisa, quais são: Gerar dados reais sobre adoecimento mental e físico. Identificar problemas estruturais no ambiente de trabalho. Fornecer base para negociações sindicais e exigir melhores condições de trabalho. Construir políticas de prevenção e qualidade de vida para os trabalhadores. A pesquisa do SINPAF e do Diesat não será apenas um levantamento de números, mas uma ferramenta fundamental para reivindicar direitos e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

Mesa: Questões internas: Plano de saúde/Casembrapa e Ceres - Composição da mesa: Carlos Honorato, Diretor Administrativo da Casembrapa e Débora Elaine Fernandes, Gerente Operacional de Saúde da Casembrapa; Hugo Mol e Marcelo Magnavacca, representantes da Ceres; Adilson F. Mota, Diretor Jurídico do SINPAF; Gláucia Costa, LBS Advogados e Advogadas. Com a fala, o Sr. Carlos Honorato abordou diversos temas relacionados à Casembrapa, com ênfase nos ajustes financeiros, aumento das mensalidades, a situação dos aposentados, a qualidade do atendimento e a estrutura da rede credenciada. Abaixo, está uma sistematização dos principais pontos levantados. 1) Introdução e Contextualização. 2) Aumento da Mensalidade e Cobrança Retroativa. 3) Atendimento e Serviços da Casa Embrapa. Os trabalhadores levantaram diversas questões sobre a qualidade e a estrutura do atendimento da Casembrapa, entre elas: Fim do Serviço Gimpaz; Inclusão de Novos Beneficiários no Plano; Regras para Dependentes; Avaliação e Controle de Qualidade das Clínicas e Laboratórios; 4) Problemas com Exames e Procedimentos Negados, reclamações sobre a burocracia excessiva para a realização dos exames periódicos; 5) Transparência e Disponibilidade de Dados sobre Saúde dos Trabalhadores; 6) Situação dos Aposentados e Futuro do Plano; 7) Conclusão e Encaminhamentos. Carlos Honorato encerrou sua fala abrindo para perguntas e destacando que a Casa Embrapa está aberta ao diálogo para melhorar a comunicação e o atendimento. No entanto, muitas das questões levantadas ainda não possuem soluções concretas para um pronto atendimento às demandas dos trabalhadores, tais como: Revisão da política de reajuste para evitar impactos excessivos nos aposentados; Esclarecimento sobre critérios para inclusão/exclusão de clínicas e laboratórios; Facilitação do processo de exames periódicos e liberação de procedimentos médicos; Compartilhamento de dados sobre adoecimento e afastamentos com os sindicatos; Estratégias para garantir a sustentabilidade do plano de saúde, incluindo a possibilidade de inclusão de novos dependentes. Em seguida, a Sra. Débora Elaine Fernandes, gerente de relacionamento da Casembrapa, abordou diversos aspectos da gestão do plano de saúde, focando principalmente em questões como rede credenciada, atendimento ao beneficiário, procedimentos negados, ampliação do plano e mudanças estatutárias. Segue os principais pontos discutidos. 1) Introdução e Contexto da Fala; 2) Fim do Serviço Gimpass; 3) Ampliação do Plano de



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

Saúde e Inclusão de Novos Beneficiários; 4) Falta de Dados sobre Doenças e Saúde dos Beneficiários; 5) Gestão da Rede Credenciada; 6) Procedimentos Negados e Rol da ANS; 7) Problemas com Exames Periódicos (PCMSO). Débora finalizou sua fala ressaltando que a Casembrapa está aberta ao diálogo e disposta a buscar melhorias nos serviços prestados. Em seguida, Adilson F. Mota, Diretor Jurídico do SINPAF falou sobre a Ceres. Adilson fez uma breve fala, tendo como principal foco o saldamento do plano de benefício definido (BD) das Ceres, abordando os impactos desse processo e as preocupações levantadas pelos participantes. 1) Contextualização e Novos Termos: Iminentes Não iminentes; 2) Preocupações dos Trabalhadores; 3) Ação Judicial do Sindicato. Para garantir maior transparência, o SINPAF ingressou com uma ação judicial para que a Ceres esclareça pontos ainda indefinidos sobre o Saldamento. A intenção é obter respostas mais claras sobre os impactos para os participantes do plano BD. Após a introdução de Adilson Mota, a palavra foi passada para os Srs. Hugo Secretário Executivo (representando a diretoria da Ceres) e Marcelo (Atuário Responsável técnico pelas contas da proposta de Saldamento), que detalharam tecnicamente o processo do Saldamento. A apresentação abordou o processo de Saldamento do Plano, trazendo atualizações institucionais, resultados financeiros, a metodologia do Saldamento e alternativas em análise. Inicialmente, foi informado que, no dia 1º de março, o novo diretor-presidente da Ceres, Dr. Murilo Flores, assumiu o cargo e já solicitou uma audiência com o SINPAF. Em relação aos resultados financeiros, o Plano teve um rendimento de 14,44% em 2023, superando a meta atuarial de 8,66%, enquanto o Plano Embrapa Flex obteve um rendimento de 16,70%, também acima da meta de 8,88%. Esses números indicam que os planos apresentaram desempenho positivo, reforçando sua sustentabilidade. O processo de Saldamento tem como objetivo encerrar as contribuições futuras e garantir que cada participante receba um benefício proporcional ao que já acumulou. A motivação para essa medida está na necessidade de reduzir o risco jurídico associado aos participantes iminentes, ou seja, aqueles que já poderiam se aposentar, mas continuam contribuindo sem ter um aumento correspondente no benefício. O rito de aprovação segue várias etapas: a Diretoria e o Conselho da Ceres aprovaram a proposta, que foi então encaminhada à Embrapa e, posteriormente, ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para conhecimento. No momento, o processo está na Secretaria de Governança das Estatais (SEST) para análise. Após a manifestação da SEST, o projeto retorna à Embrapa, que o devolverá à Ceres, e então será enviado à PREVIC. Se aprovado pela PREVIC, a Ceres terá 180 dias para implementar o Saldamento. Para esclarecer dúvidas dos participantes, será enviada uma nova simulação em abril de 2024, com base nos dados mais recentes. Os impactos do Saldamento variam conforme o perfil dos participantes. Para aqueles que já são iminentes, ou seja, que já cumpriram os requisitos para aposentadoria, seus direitos adquiridos estão garantidos, sem qualquer prejuízo no valor do benefício. Já para os não iminentes, ou seja, aqueles que ainda não podem se aposentar, o benefício será calculado de forma proporcional ao montante acumulado até a data do Saldamento. Esses participantes terão a opção de migrar para o Plano Embrapa Flex, mantendo as



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

carências já acumuladas e a paridade patronal, ou seja, a Embrapa continuará contribuindo com a mesma proporção. Essa migração permitirá que o valor final da aposentadoria seja igual ou superior ao que o participante teria se permanecesse no Embrapa Básico. Como alternativa ao Saldamento, o SINPAF propôs a criação de um Fundo de Acumulação de Benefícios. No entanto, como essa possibilidade não está expressamente prevista na legislação previdenciária, a Ceres consultou a PREVIC para verificar a viabilidade dessa opção. Até o momento, a PREVIC não respondeu, mas há expectativa de retorno dentro dos próximos 60 dias. Uma das vantagens da migração para o Plano Embrapa Flex é que os participantes poderão continuar contribuindo para aumentar o benefício final, uma vez que os recursos serão direcionados para uma conta individual, gerando rentabilidade adicional. Além disso, devido à Reforma da Previdência, a paridade patronal poderá ser estendida até os 65 anos, o que beneficiaria aqueles que permanecerem no plano por mais tempo. Por fim, foi esclarecido que nenhum participante sofrerá perda no valor total da aposentadoria e que o valor da contribuição mensal permanecerá inalterado. Todas as simulações individuais já foram enviadas aos participantes e serão atualizadas novamente em abril de 2024 para garantir total transparência no processo. Dessa forma, a Ceres assegura que o plano permanecerá financeiramente saudável e que os direitos dos participantes serão respeitados, enquanto o Embrapa Flex surge como uma alternativa para aqueles que desejam otimizar seus benefícios no futuro. A proposta de criação do Fundo de Acumulação de Benefícios segue em análise, dependendo da resposta da PREVIC. Com a palavra, Dra. Gláucia Costa, advogada da LBS Advogados, destacou preocupações jurídicas e financeiras em relação ao processo de Saldamento do plano de previdência administrado pelas Ceres. Ela iniciou esclarecendo que a Ceres não possui patrimônio próprio, mas apenas administra os recursos dos participantes e da patrocinadora, a Embrapa. Por isso, o interesse do sindicato e dos beneficiários é garantir transparência na movimentação desses recursos, assegurando tanto a segurança jurídica quanto a saúde financeira do plano. Uma das principais preocupações levantadas foi a falta de acesso a informações detalhadas sobre a proposta de alteração do regulamento, que deveria estar disponível na página oficial da Ceres. Ela ressaltou que essa transparência é fundamental para que os participantes possam avaliar os impactos reais do Saldamento. Outro ponto crítico abordado foi o argumento utilizado pelas Ceres para justificar o Saldamento, baseado no risco jurídico que os participantes iminentes representam ao continuarem contribuindo sem ter contrapartida em benefícios. A Dra. Gláucia questionou se o plano permaneceria em superávit caso essas contribuições fossem devolvidas aos participantes, sugerindo que esse risco jurídico poderia transformar o atual superávit em um déficit real. Caso isso ocorresse, haveria um problema adicional: a reversão de recursos para a patrocinadora e para os participantes assistidos poderia ser feita com base em um superávit não consolidado, agravando ainda mais a situação financeira do plano. Ela alertou sobre os riscos jurídicos de um Saldamento imposto sem a devida negociação com os participantes, citando como exemplo o caso do plano REG/Replan da FUNCEF. Nesse caso, um Saldamento foi



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

realizado sem levar em conta a incorporação de determinados benefícios salariais, o que gerou um enorme passivo judicial e um custo adicional para o plano. A lição desse caso é que a tentativa de eliminar riscos jurídicos por meio de um Saldamento pode, na verdade, criar novos problemas, pois os participantes podem recorrer à Justiça para reivindicar direitos que consideram lesados. A advogada também questionou se a Ceres possui um plano alternativo, ou "plano B", para mitigar esse risco jurídico sem comprometer a segurança financeira do plano. Ela argumentou que a imposição do Saldamento não é a melhor estratégia para resolver questões jurídicas complexas, sugerindo que acordos individuais poderiam ser uma solução mais eficaz e menos litigiosa. Por fim, ela cobrou maior transparência no processo, questionando quando a Ceres disponibilizará oficialmente a proposta de alteração do regulamento, como já fizeram em outras ocasiões. A falta dessa divulgação impede que os participantes avaliem de maneira adequada as mudanças propostas e possam se posicionar de forma mais informada. A apresentação destacou a necessidade de mais esclarecimentos sobre o Saldamento do plano BD, principalmente para os não iminentes, que temem possíveis perdas nos benefícios futuros. Finalizado o debate, foi colocado pela Diretora Regional Centro-Oeste e APROVADO por unanimidade uma inversão da Pauta. Assim sendo, partiu para a **Mesa: Escolha da próxima Sede da Plenária Regional e eleição da CNN.** Após breves falas, houve inscrição de 03 nomes para representar a região Centro-Oeste na CNN, sendo eles: Mirane Costa da Embrapa Sede, Waltterlenne da Embrapa Arroz e Feijão e Oneilson, da Embrapa Hortaliças. Foi informado que seriam escolhidos os 02 nomes mais votados. Desta forma, em contagem de votos com Crachás, foram eleitos os Srs. Waltterlenne da Embrapa Arroz e Feijão e Oneilson Medeiros de Aquino da Embrapa Hortaliças. Após a escolha da CNN, foi feita eleição para escolha da próxima sede para a Plenária Regional Centro-Oeste 2025. Após algumas falas, foi citado a cidade de Dourados/MS pela Dir. Regional e acatado pela maioria dos delegados presentes. Dito isto, partiu para **Mesa: Os desafios enfrentados pelas seções –** Composição da mesa: Marcus Vinicius S. Vidal, Presidente Nacional do SINPAF e Presidente das Seções Sindicais e/ou representante. Antes, houve discussão e deliberação sobre a elaboração da chamada "Carta de Goiânia". O documento expressa o repúdio à terceirização dentro da Embrapa e busca formalizar a reivindicação junto ao governo federal, pedindo a revogação de deliberações que permitem a execução indireta de cargos essenciais dentro da empresa. A carta foi elaborada com a intenção de ser encaminhada aos órgãos do governo federal, e sua redação reflete a preocupação do sindicato com a progressiva terceirização das atividades da Embrapa. O documento destaca que a empresa enfrenta uma crise de pessoal que, segundo os sindicalistas, não será resolvida por meio da terceirização, mas sim pela realização de concursos públicos. Além disso, a carta enfatiza a necessidade de preservar a soberania alimentar e a importância de manter a Embrapa como uma empresa 100% pública, garantindo que suas pesquisas e tecnologias continuem voltadas ao interesse social, e não ao lucro privado. O discurso reforça que a terceirização é vista como um processo de sucateamento da estatal, beneficiando apenas gestores ineficientes e grupos políticos aliados a políticas de precarização. A



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

visão expressa pelos sindicalistas é de que permitir a terceirização é um ataque ao papel estratégico da Embrapa, colocando em risco a segurança alimentar nacional e entregando políticas públicas a interesses privados. A respeito desafios enfrentados pelas diferentes Seções Sindicais da Região Centro-Oeste, destacando-se questões como terceirização, condições de trabalho, transferências de empregados, dificuldades na reposição de pessoal, falta de equipamentos, precarização da infraestrutura e clima organizacional. A discussão envolveu a apresentação das principais demandas de cada unidade, o compartilhamento de estratégias para enfrentá-las e a deliberação de ações futuras para fortalecer a atuação do sindicato. Principais Pontos da Reunião: 1) Chamado aos Diretores e Presidentes de Seção. O objetivo foi permitir que cada representante apresentasse um panorama das atividades e desafios enfrentados por suas respectivas unidades. A preocupação central foi com a precarização do trabalho, a sobrecarga de funcionários e a falta de novos concursos públicos. 2) Problemas com Transferências e Pagamento de Despesas. Algumas unidades estão cobrindo as despesas de mudança de funcionários transferidos, enquanto outras negam esse direito. Foi solicitado apoio da Direção Nacional do SINPAF para padronizar e garantir esse pagamento de forma justa para todos. 3) Dificuldades na Mobilização Sindical. A baixa adesão às assembleias foi apontada como um problema recorrente, apesar dos esforços em organizar reuniões online e presenciais. A aposentadoria e transferência de sindicalizados afetaram diretamente a capacidade de mobilização, reduzindo o número de participantes ativos. 4) Problemas com Condições de Trabalho e Segurança. Muitas unidades relataram falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e infraestrutura deficiente, incluindo computadores antigos e prédios deteriorados. Casos de acidentes de trabalho foram mencionados, como o de um funcionário que perdeu um dedo ao operar equipamentos inadequados. Foi destacado que a Embrapa não investe em segurança, deixando os empregados em risco. 5) Terceirização e Sucateamento. O risco da terceirização foi apontado como um grande problema, sendo interpretado como um reflexo de uma gestão que busca baratear custos em detrimento da qualidade e segurança do trabalho. Há um forte movimento sindical para impedir a terceirização e garantir que novas contratações sejam feitas via concursos públicos, preservando a Embrapa como uma empresa estatal e estratégica para o país. 6) Problemas com Insalubridade e Direitos Trabalhistas. Algumas unidades estão em litígio com a Embrapa sobre pagamento de insalubridade. Foi citada uma ação judicial vencida pelo sindicato, mas a Embrapa recorreu para tentar não pagar o valor devido aos trabalhadores. 7) Problemas de Gestão e Clima Organizacional. Muitos gestores da Embrapa permanecem anos nos mesmos cargos, o que impede a renovação e oxigenação da empresa. O clima organizacional está deteriorado, e há casos de assédio moral e sexual em algumas unidades, exigindo ações mais firmes de combate. 8) Sugestões para Fortalecimento do Sindicato. Foi sugerido que as seções sindicais trabalhem mais juntas, especialmente na compra de materiais emergenciais para suprir lacunas deixadas pela Embrapa. A ideia é fortalecer a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), para que tenha mais autonomia e orçamento para atuar. 9) Vacinação contra Dengue. **Mesa: Contribuição**



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

da Região para o Plano de Luta Nacional. A Plenária abordou a contribuição da Regional para o Plano de Luta, destacando a necessidade de ajustes e alinhamento com as diretrizes nacionais do sindicato. O Plano de Luta, elaborado no Congresso, tem vigência de três anos, sendo atualizado anualmente pelas plenárias regionais e nacionais. O objetivo do encontro foi discutir como a Regional pode contribuir, implementar e adaptar as estratégias sindicais à sua realidade local. Pontos Principais do Debate: 1) Importância do Plano de Lutas. 2) Processo de Contribuição e Adaptação do Plano. 3) Encaminhamentos e Prazos. 4) Importância da Participação Ativa. 5) Sugestões para Melhor Organização. A 26ª Plenária Regional Centro-Oeste prosseguiu com os encaminhamentos de questões locais e regionais e aprovação de moções. **Moções e encaminhamentos. Moção: Aprovado** - Que as Seções Sindicais questionem as estatais e atualizem sobre a previsão de vagas para assistentes e sobre o processo de terceirização e; SINPAF contrate estudo sobre terceirização e privatização junto ao Dieese. Proponente: Raquel Soares Juliano. Seção: Pantanal. Assinaturas: Mirane dos Santos Costa, Walttelrenne Englan Freitas de Lima; **Moção: Aprovado** - Levar à proposta de criação de uma Comissão Permanente para elaborar, no âmbito do SINPAF e filiados, a Proposta da Embrapa que queremos. Proponente: Margarida Costa Barbosa. Seção: Sede. Assinaturas: José Edmilson Silva, Emanuel F. M. Abreu, Francisco Címaco Vascon, Maria Sol Uchy, Valdeli Ferrazio Gomes. **Moção: Aprovado**. Moção a fim de propor a formação para o Consad, Casembrapa, Ceres e demais Conselhos/Comissões de Políticas Públicas, além do respectivo acompanhamento pelo Sindicato. Proponente: Francisco Cacau. Seção: Embrapa Sede. Assinaturas: Maria Sol Uchy, Francisco Címaco Vascon, José Edmilson Silva. **Encaminhamento: Aprovado**. Realização de reuniões da categoria antes do período de 25/03 a 29/04, anterior ao início da agenda de luta pelo ACT 24/25, para sensibilização dos(as) trabalhadores(as) sobre os principais temas e novidades de pauta (teletrabalho, saúde, etc.); Encaminhar à CNN a aprovação de fazer uma live antes da 1ª rodada de negociações. **Encaminhamento: Aprovado**. Criação do Observatório de Violências no ambiente de trabalho dos empregados da base do SINPAF. Proponente: Mirane dos Santos Costa. Seção: Embrapa Sede. Assinaturas: Francisco Cinésio Cacau, Luis Hélión M. Carriel, Geraldo Cardoso Portilho. **Encaminhamento: Aprovado**. Adoção de Protocolo de Prevenção e Ação em Casos de Discriminação, Assédio e Violência por razões de gênero da CUT, no âmbito do SINPAF, com vistas a coibir quaisquer atos de violência de gênero em sua estrutura. Proponente: Mirane dos Santos Costa. Seção: Embrapa Sede. Assinaturas: Francisco Cinésio Cacau, Luis Hélión M. Carriel, Geraldo Cardoso Portilho. **Moção: Aprovado**. Atuar junto à Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa por meio de medidas e para a criação do FUNDO Pesquisa Agropecuária, destinado ao fortalecimento da Embrapa e do SNPq, com um percentual das exportações das commodities agropecuárias. O Fundo de Pesquisa justifica-se pelos benefícios decorrentes da pesquisa para o setor. Proponente: Maria Sol Uchy. Seção: Sede. Assinaturas: Emanuel F. M. Abreu, Francisco Címaco Vascon, Valdeli Ferrazio Gomes, Jusélio Carlos Faturi. **Encaminhamento: Aprovado**. Análise da alteração da composição do Conselho Deliberativo da Ceres de 6 (seis) para 7 (sete) integrantes,



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

26ª PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE

sendo obrigatória a composição de um membro do SINPAF. A alteração será do artigo 4º do regimento interno do Conselho Deliberativo da Ceres. Proponente: Geraldo Cardoso. Seção: Sede. Assinaturas: Geraldo Cardoso Portilho, Mirane dos Santos Costa, Francisco Onésio Coaru, Maria Sol Uchy. **Moção. Aprovado.** Reconhecimento à Deputada Federal Érika Kokay pelo seu apoio à luta dos(as) trabalhadores(as) da Embrapa, especialmente no enfrentamento e combate ao assédio moral institucional. Proponente: Mirane dos Santos Costa. Seção: Embrapa Sede. Assinaturas: Francisco C. Cacao, José Edmilson Silva, Maria Sol Uchy, Emanuel F. M. Abreu. **Resolução. Aprovado.** Implantar um Fórum Permanente de Discussão e Acompanhamento do Marco Legal de Ciência e Tecnologia. Objetivo: Monitorar as diretrizes e normas da Política de Inovação que estão sendo adotadas pela Embrapa, incluindo negócios em genética vegetal. Proponente: Emanuel Felipe M. Abreu. Seção: Cerrados. Assinaturas: Valdeli Ferrazio Gomes, Maria Sol Uchy, Raquel Soares Juliano, Francisco Címaco Vascon, José Edmilson Silva. **Encaminhamento. Aprovado.** Manifesto de total repúdio ao processo de terceirização no âmbito da Embrapa, tanto nas atividades-meio quanto atividades-fim, face ao seu objetivo social de soberania e segurança alimentar e sensibilidade das informações e dados que detém. Proponente: Maria Sol Uchy. Seção: Embrapa Sede. Assinaturas: Mirane dos Santos Costa, Walter Penne Englen F. do Lima, Raquel Soares Juliano. **Moção. Aprovado.** Reconhecimento à ampliação da participação de mulheres nos cargos de gestão e Direção-Executiva da Embrapa, em prol da luta por igualdade de gênero. Proponente: Mirane dos Santos Costa. Seção: Embrapa Sede. Assinaturas: Walttelrenne Englan F. da Lima, Maria Sol Uchy, Emanuel F. M. Abreu, Francisco Címaco Vascon. Assim, nada mais havendo a tratar, encerro a presente Ata, a qual vai assinada pela presidente da mesa, Sílvia Mara Belloni, Diretora Regional Centro-Oeste, pelo relator Paulo Henrique Stival e por mim, Marco Antônio da Cruz Borba, secretário da mesa da 26ª Plenária Regional Centro-Oeste, realizada nos dias 02 e 03 de março de 2024, em Goiânia, GO.

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVIA MARA BELLONI
Data: 20/02/2025 14:18:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Sílvia Mara Belloni
Diretora Regional Centro-Oeste

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCO ANTONIO DA CRUZ BORBA
Data: 20/02/2025 15:44:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Marco Antonio da Cruz Borba
Secretário

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO HENRIQUE STIVAL
Data: 20/02/2025 12:39:40-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Paulo Henrique Stival
Relator